



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Formação profissional

OS DESAFIOS POSTOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS: UM OLHAR PARA A QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

KELLY BORGES DE ALMEIDA ROCHA¹
MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA²

Resumo: O presente artigo trata de reflexões acerca da formação profissional com um olhar voltado para possibilidades de atuação do assistente social no âmbito da temática socioambiental, consubstanciada pelo projeto ético-político, objetivando a garantia de direitos, se constituindo como mais um desafio à categoria profissional, pois, a lógica do capital tem rebatimentos tanto no meio natural como na formação acadêmica. A intenção é contribuir para a ampliação do olhar acerca da questão socioambiental enquanto campo de atuação profissional
Palavras-chave: Formação profissional. Questão socioambiental. Capitalismo. Direitos.

Abstract: This article reflects about vocational training looking at the opportunities facing social worker under the sócio-environmental-themed, substantiated project ethical-political to guarantee rights constitute as a further challenge to the category of professional, because the logic of capital resonate both in the wild as in the academic training. The intention is to contribute to the expansion of look about socio-environmental issue while professional field.

Keywords: Vocational training. Socio-environmental. Capitalism. Rights.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio teórico é trazer ao debate as demandas atuais ao trabalho profissional do assistente social na defesa dos direitos sociais das populações tradicionais na Amazônia, no contexto da discussão sobre a sustentabilidade socioambiental. Almeja-se, também, contribuir na ampliação do olhar, no âmbito do serviço social, acerca da questão socioambiental enquanto campo de atuação profissional.

Neste sentido, entende-se que o assistente social é um dos profissionais capacitados para lidar no trato das expressões da questão social e oferecer respostas atreladas a um projeto ético-político, envolvido por uma racionalidade voltada para

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <kelly.almeid@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas.

construção de uma nova ordem societária, destacando as possibilidades de atuação nesta área. Vale ressaltar, que todo debate sobre a questão socioambiental é pertinente, uma vez que é diretamente afeta à vida. Assim, o assistente social contribui para a garantia de direitos e o desvelamento da realidade dada, em uma conjuntura de lucratividade, tanto na formação quanto na sustentabilidade dos recursos.

Portanto, primeiramente, destaca-se a formação profissional na atualidade inserida no contexto do capital globalizado, tendo que se ater as novas configurações que surgem dessa conjuntura e ratificar seu significado social quanto as demandas apresentadas, com uma postura sólida acompanhando a dinâmica da sociedade para responder as novas manifestações da questão social, voltada para a efetivação do projeto ético-político da categoria, pautada pelas diretrizes estipuladas coletivamente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Código de Ética e Lei de Regulamentação, evitando a modelagem pela operacionalização de mercado que precisa de profissionais condicionados as suas regras.

Posterior a isto, como uma das expressões da questão social, reporta-se à questão socioambiental na Amazônia, pois esse espaço já foi incorporado no ciclo de acumulação do capital, deixando um lastro de desigualdade e esquecimento pelo poder público. Assim, a formação, inevitavelmente, deve se atentar para as particularidades da Amazônia, não para privilegiar um território em detrimento do macro, mas, estrategicamente, vislumbrando a luta pela construção de uma nova ordem societária na superação do capitalismo, haja vista que a crise socioambiental atinge todo o planeta “a crise ecológica – sem qualquer concessão a ambientalismos românticos – é hoje uma possibilidade concreta, que está a desenhar-se como provável a médio prazo” (NETTO, 2007a, p.161).

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

A profissão de serviço social está inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja utilidade social no mercado de trabalho está relacionada com o exercício profissional de intervenção nas expressões da questão social, entendida em sua dimensão estrutural na sociedade capitalista como uma relação de subordinação e exploração do trabalho pelo capital. As expressões dessa questão social chegam como demandas ao trabalho profissional do assistente social como demandas da população por saúde, educação, creches, assistência social, moradia, trabalho e outras necessidades sociais que são respondidas pelo Estado por meio de políticas sociais. Essas políticas também apresentam natureza contraditória, pois de um lado representam mecanismos utilizados pelo Estado para mascarar a natureza contraditória

entre capital-trabalho, buscando alcançar o consenso entre as classes. E de outro lado também representam a expressão de lutas sociais na consecução do atendimento de direitos humanos e sociais.

Assim, o assistente social opera em meio ao sistema capitalista de produção que vai até as últimas consequências para perpetuar sua ideologia e a dominação material e espiritual da classe trabalhadora. Nesta trama, o profissional de serviço social é chamado para realizar a mediação constituindo seu fazer profissional e ao mesmo tempo se torna parte integrante da classe trabalhadora, no qual age em demandas constituídas socialmente que extrapolam sua intencionalidade e muitas vezes sua vontade (YAZBEK, 2009).

Iamamoto (2008) elenca os pressupostos para uma formação conectada com os novos tempos, a saber: a) o rompimento com a visão endógena objetivando a construção de um profissional propositivo, superando certos paradigmas como as atividades burocráticas e rotineiras, bem como atitudes fatalistas e messiânicas; b) a profissão precisa ser entendida como um tipo de trabalho na sociedade, que está inscrito na divisão técnica, sendo socialmente necessário, ou seja, produzindo serviços que atendam às necessidades sociais – valor de uso – logo, precisa estar atenta aos processos macroscópicos que estão presentes em todas as especializações do trabalho; c) o privilegiar a produção e reprodução da vida social da classe que vive do trabalho dentro das mais variadas dimensões.

Os desafios postos pela sociedade capitalista clamam por um profissional com clareza em sua atuação, apoiado por um preparo teórico e técnico-operativo (COUTO, 2009), da mesma forma, exige um “profissional comprometido com os valores ético-humanistas: com os valores de liberdade, igualdade e justiça, como pressupostos e condição para a autoconstrução de sujeitos individuais e coletivos, criadores da história” (IAMAMOTO, 2008, p. 185).

O profissional é instigado a formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido, sendo imperativo identificar onde será a intervenção e como responderá às necessidades sociais postas no cotidiano dos processos de trabalho (COUTO, 2009). Destarte, as possibilidades estão na realidade, mas não estão prontas e visíveis, “cabe aos profissionais apropriar-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las e transformando-as em projetos e frente de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 21). Tais projetos dão o direcionamento da profissão seja no campo da transformação, seja no campo da conservação da ordem vigente. Todavia, o projeto profissional do serviço social se vincula a um projeto societário que luta por uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

O projeto ético-político do serviço social tem um caráter aberto, conforme Netto [...] ele é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios (2007a, p. 155). Desta forma, O projeto ético-político norteia a profissão e “prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...]” (Ibid., p. 144).

Seguindo este pensamento, o assistente social necessita criar condições para fomentar ações pautadas na criticidade que conduzem a novas práticas do efetivo controle democrático, bem como “enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população – defender a garantia dos direitos sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores” (BRAVO, 2009, p.471), qualificando suas ações no compromisso com a competência. Desta forma, os projetos de trabalho são essenciais para que o não se caia em armadilhas da realidade aparente, do pragmatismo individual, do messianismo e fatalismo, quando da ocupação de um espaço profissional, assim, estes projetos devem assegurar o reconhecimento do valor social de seu trabalho no fortalecimento projeto ético político profissional (COUTO, 2009).

Quanto à formação acadêmica, destacam-se os núcleos temáticos que estruturam o currículo e que foram estruturados pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS, em 1996. O primeiro núcleo é referente aos fundamentos teóricos-metodológicos da vida social objetivando conhecer o ser social na sociedade burguesa; o segundo núcleo se direciona aos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira se atendo as particularidades da formação e do desenvolvimento urbano e rural, olhando para a totalidade Estado/sociedade e a questão social e suas transversalidades; o terceiro núcleo no âmbito dos fundamentos do trabalho profissional, englobando todos os elementos do serviço social que o situa como uma especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2008). Esses núcleos direcionam a formação profissional juntamente com os princípios e as diretrizes, para construir o perfil do assistente social da atualidade, ou seja:

[...] profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1999, p. 1).

A formação deve proporcionar ao profissional a constituição de uma postura sensível e solidária “ao processo de criação de uma nova cidadania” (IAMAMOTO,

2008, p. 199), na qual o mercado não seja o mandatário, legitimando a liberdade de escolhas concretas e a emancipação humana, preservando também a sua autonomia “ora, a sintonia da formação profissional com o mercado é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social [...], sua reprodução depende de sua utilidade social” (Ibid., p.172).

A autora não se reporta a servidão ao mercado, mas da valorização da força de trabalho do assistente social na preservação do seu valor de uso, o que pede a sua constante atualização quanto às exigências sociais, ou seja, se extrapola o mercado para privilegiar o projeto profissional com uma direção social definida em consonância com os projetos das classes subalternas (IAMAMOTO, 2013), no seu protagonismo na perspectiva de superação da sociedade capitalista. Portanto, o padrão de expansão capitalista procura impor a sua lógica econômica, política, social, e ao mesmo tempo estimula a reflexão sobre os atores inseridos na sociedade que podem contribuir no estabelecimento de uma nova ordem e realizar sua implementação, se adentra o campo das respostas aos problemas advindos desse sistema (MOURÃO; LIMA; SOUZA; OLIVEIRA, 2006).

Em vista disso, o trabalho do assistente social é afetado diretamente com as mudanças na divisão sócio-técnica, e a formação universitária deve dotar os profissionais teoricamente, eticamente e com pensamento político. Ainda, conforme documento de 1996, elaborado pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), os pressupostos norteadores da formação profissional são quatro, em breves palavras: particularização do serviço social nas relações sociais como profissão interventiva na questão social; a relação com a questão social é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos; o agravamento da questão social na lógica neoliberal; os processos de trabalho são determinados pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas de seu enfrentamento. Observa-se que a questão social é base da fundação e especialização do trabalho do assistente social (CARDOSO, 1997), logo, é vital conhecer como ela se manifesta no cotidiano dos sujeitos, assim como suas transversalidades e multifaces, para que se tenha um aporte condutor na elaboração de alternativas coletivamente alicerçadas para o seu enfrentamento objetivando a redução das desigualdades e da injustiça social na perspectiva de acesso a direitos.

Neste contexto, a formação profissional consciente e vinculada aos processos sociais, torna o assistente social um ser capaz de captar o que não está dado, na condução a um processo investigativo pautado pela ética. Logo, o assistente social que luta por garantias de direitos, precisa se ater às modificações de sua demanda, por isso

a relevância de um ensino conectado também na visibilidade das diversidades regionais, em especial, se faz um recorte para as realidades dos povos tradicionais da Amazônia, em que pese os impactos ambientais oriundos do modelo de econômico adotado pelo país. Essa nova natureza exigida do serviço social percorre a necessidade de superar a ótica exclusivamente urbana para que não ocorra o dualismo rural-urbano (Ibid., 2008).

No cotidiano do profissional, as demandas referentes à questão socioambiental se apresentam entrelaçadas por outras solicitações provenientes de diversas esferas, como por exemplo, assistência social, saúde, entre outras, conduzindo ao obscurecimento dessa demanda tornando difícil o seu desvelamento. A leitura da realidade deve ser realizada com eficácia e competência nas demandas tradicionais e nas demandas emergentes (NETTO, 2007a).

Nesse sentido, quando o profissional está inserido em um contexto que agrega ambientes urbanos e ambientes rurais, como é o caso da Amazônia, o olhar deve ser ampliado de modo a contemplar um maior leque de possibilidades à atuação profissional no encaminhamento dessas demandas, para a inserção do usuário em programas/projetos que favoreçam o empoderamento, tendo como materialidade o seu conhecimento tradicional, sua vivência cultural e principalmente seu capital econômico-social (BORDIEU, 2013). A partir dessa percepção, resulta em um campo de atuação pautado pelo fortalecimento, pois o contexto histórico/cultural interfere sobremaneira no protagonismo do usuário. Justamente por não ser uma prática de colonialismo, extirpação deste indivíduo do seu ambiente, mas sim um forma de perenizá-lo no seu habitat natural.

3. A QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES.

A questão social na Amazônia “se evidencia a partir do processo de colonização, particularmente, com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias” (BARBOSA; SÁ, 2009, p. 69). A economia regional se baseou “sob o formato do modelo exportador de matéria-prima e de produtos semielaborados” (REFKALEFSKY, 2009, p. 39), fazendo parte de um mercado restrito no qual seus compradores impõem vontade unilaterais submetendo o mercado local ao seus ditames.

Os habitantes desta área sofreram e continuam sofrendo com os impactos causados pela busca da máxima dos lucros do modelo capitalista tendo passado pelo ciclo da borracha, ciclo das estradas e construção de uma Zona Franca, envolvidos por

modelos tradicionais de dominação e de relações sociais, muitas vezes camuflados pela filantropia e política de favores.

A Amazônia tem suas particularidades e por isso precisa ser pensada diferente das outras regiões, a magnitude de sua biodiversidade gera interesses e especulações nacionais e internacionais, pois suas riquezas, algumas nem descobertas ainda, podem ser geradoras de benfeitorias e de muita lucratividade.

A escassez, fruto do capitalismo (TEIXEIRA, 2009), levou a Amazônia a se debruçar em uma invisibilidade de seus povos, carência de autonomia, apatia frente à destruição de seus recursos, restando o amparo falseado do pensamento de que o progresso vem quando se retira o máximo das riquezas naturais sem considerar sua finitude. Assim sendo, segundo Sachs (1986), a visão tradicional do desenvolvimento econômico está desvinculada da biodiversidade, apenas se focalizam os recursos de forma deslocada do meio ambiente, esse por sua vez é composto pelo ambiente natural, ambiente criado pelo homem (tecnoestrutural) e o ambiente social. Nesta conjuntura, não há como enxergar o homem fora do inter-relacionamento com a natureza, a emergência de uma nova racionalidade social e produtiva (LEFF, 2009) surge para que se reconheçam “as leis da natureza” e seus limites em meio a globalização da exploração.

Portanto, “a questão social no meio amazônico significa o conjunto de fenômenos relativos à fragmentação das esferas política, econômica e social” (BARBOSA; SÁ, 2009, p. 73), na qual suas expressões transcorrem as expropriações de terra, o preconceito, a luta por acesso a bens e serviços, o êxodo rural, a miséria, a doenças e tantas outras que se fazem presente em meio a exuberância natural da biodiversidade. Tendo nesse cenário um local de intervenção, no qual se deve resgatar o mínimo de dignidade aos povos habitantes dessa área, que são esquecidos pelo poder público e pelo restante da população que acredita ser superior, pois, tem um pouco mais de “modernidade/civilidade”, visão esta oriunda de uma sociedade baseada no consumo, “o costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade” (LARAIA, 2001, p.74).

As populações tradicionais emergiram como novos atores sociais nas últimas décadas. Essa maior visibilidade social e política foi consequência, em grande parte, de conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre territórios ancestrais que até então tinham reduzido valor de mercado, sobretudo para uso agrícola intensivo (DIEGUES, 2005, p. 1).

As comunidades que residem na Amazônia possuem um relação simbiótica com a natureza, uma ligação que reúne aspectos visíveis e invisíveis, tendo nesse território o aparato suficiente para se manter, que vai além do aspecto econômico. Suas especificidades e simplicidade formam um saber próprio que orienta suas vivências e

suas relações sociais, em um todo organizado e estruturado, respeitando a forma como a natureza se renova, porém a sociedade de classes nega historicamente esses saberes acumulados no decorrer de suas experiências ou transmitidos oralmente por antepassados (CASTRO, 1997).

De acordo com Chaves (2001), cada grupo possui uma identidade baseada em suas bases sociocultural e política, vale ressaltar que a diversidade cultural oriunda da miscigenação resultou em um leque de costumes e arranjos culturais representados pelos pescadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros.

O viés da sustentabilidade, termo amplamente usado para designar uma nova forma de se relacionar com o meio natural no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, emerge para mostrar que é inevitável a criação de uma sociabilidade com a natureza fazendo-se essencial para a manutenção da vida no planeta.

Segundo Sachs (2002), esse termo é muito mais abrangente, no qual se conecta a várias esferas, constatando que a dimensão ambiental não é restrita a fauna e flora, mas está inerente a vida de forma geral e no cotidiano das sociedades, seja ela rica ou não. Portanto, o autor elenca oito dimensões da sustentabilidade para se entender a generalização da temática: social – o homem também faz parte do ambiente natural e por isso precisa ter uma vida digna e saudável; cultural – respeito as tradições em consonância com a inovação; ecológica – preservação dos recursos e limitação do uso dos não-renováveis; ambiental – acompanhar os recursos na sua capacidade de renovação; territorial – pensar nos aspectos urbanos para diminuir os impactos no ambiente natural; econômica – desenvolvimento econômico atrelado a conservação da biodiversidade; política nacional – garantia de direitos e coesão social; e política internacional – cooperação internacional frente às demandas do meio ambiente.

Assim sendo, “a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe” (Ibid, p.71), portanto, aqui se evidencia a relevância da distribuição de renda equitativa e igualdade no acesso a serviços sociais/ recursos, ou seja a garantia de qualidade de vida plena aos seres humano sem distinção de raça, cor, sexo ou poder econômico (CHAVES, 2013).

O capitalismo, estrategicamente, busca uma renovação constante no direcionamento de suas ações para a máxima dos lucros, no âmbito do apelo à “consciência verde”, lança mão de uma ideologia capaz de integrar vários atores (movimento social, terceiro setor, governo, empresários, dentre outros) em prol de um compromisso com a problemática ambiental. Formula-se a teoria do Desenvolvimento Sustentável, que por sua vez, mascara a relação do esgotamento dos recursos com o

modo capitalista de produção, em outras palavras: “uma reforma social e moral que cuida de estabelecer novos pactos e parâmetros para o atendimento das necessidades sociais, sem romper com a lógica da acumulação e da racionalidade do lucro e da mercadoria” (MOTA, 2007 apud SILVA, 2010, p.166).

Neste panorama, o assistente social segundo o seu Código de Ética (1996), em seus princípios fundamentais, preconiza a ampliação e consolidação da cidadania objetivando à garantia de direitos, bem como, o empenho na luta contra as todas as formas de preconceito oportunizando a participação de grupos discriminados, portanto esse espaço – meio ambiente – requer à atenção do serviço social. Segundo, Teixeira (2009), alguns desafios nesta esfera de atuação são enfrentados pelo serviço social, são eles: consolidar os princípios ético-políticos e socializá-los; se apropriar da matriz teórico metodológica; recusar a sociedade do capital; posicionamento frente as lutas histórico-concretas; e identificar sujeitos para se aliar nas lutas.

Afora estes, um outro desafio, é o referente à formação profissional, que precisa ter um papel importante no contexto socioambiental, pois, é de extrema relevância que esteja conectada a essa temática, possibilitando uma leitura crítica e baseada na justiça social alicerçada ao meio natural, evitando à associação a outro projeto societário que não esteja atrelado ao projeto ético-político do serviço social, uma vez que nesse âmbito a correlação de forças é iminente, vale ressaltar que a linha tênue entre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade é marcada pela leitura da realidade feita pelo profissional.

O trabalho do assistente social voltado a esse público (povos tradicionais) precisa avançar em novas garantias concernentes às políticas públicas de proteção social universalizantes atentas às particularidades regionais para que se possa, de fato, alcançar equidade e empoderamento.

Destarte, a luta, às vezes invisível, dos povos tradicionais carece de respeito principalmente enquanto seus saberes, na sua visão do mundo e sua organização social na articulação com o meio natural, logo, o reconhecimento político de seus direitos trará a dignidade da tal cidadania que conduzirá a sua não invisibilidade na sociedade de classes.

Ressaltar o valor dos saberes dos povos tradicionais, sua ciência concreta, é garantir sua perpetuação e seus ensinamentos quanto à gestão dos recursos tendo como plano de fundo a racionalidade ambiental, resultante de uma relação sustentável homem/natureza. Assim, conforme Roue (1997), esses saberes conhecidos internacionalmente como Traditional Ecological Knowledge (TEK), necessitam ser associados ao direito de propriedade intelectual, pois são apoderados por empresas

capitalistas que não oferecem retorno algum, tanto no aspecto financeiro, quanto no seu reconhecimento como portador deste saber tão puro. Identifica-se claramente um espaço a ser ocupado pelo assistente social, sendo o profissional capaz para garantir a defesa e viabilização dos direitos. Essa tarefa é árdua e desafiadora, uma vez que a lógica capitalista de consumo e produção utiliza a biodiversidade como elemento durável, valendo-se de roupagens “social” para propagar sua responsabilidade incutindo uma ideia de valorização do meio natural.

Outro universo no trabalho profissional se relaciona a formulação, implementação e execução de políticas públicas, o que pode ser potencializado com a atenção aos aspectos particulares da região, dos indivíduos e das alternativas existentes, ou seja, englobando seus aspectos socioculturais, ambientais e organizacionais.

A constituição de políticas públicas coerentes e eficazes, o ordenamento de organizações públicas e privadas e do setor produtivo com postura inovadora e compromissada, [...], em que os agentes são incentivados a explorar novos caminhos e se sentem à vontade e seguros para apresentar suas ideias e intercambiar informações é o cenário mais desejável que se pode traçar (CHAVES, 2013, p.58).

Assim, “a busca de alternativas exige lentes adequadas para a compreensão das redes sociais e institucionais instaladas, [...], que apresentam potencialidade de mobilização de processos socioeconômicos imanentes à constituição material de cada localidade” (BARBOSA; SÁ, 2009, p. 81). A crítica aqui está no direcionamento das políticas, principalmente a econômica, já que não propicia um crescimento com sustentabilidade fomentando as tecnologias sociais (TS) de geração de renda.

TS como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre o processo de trabalho em um arranjo socioeconômico que associa a propriedade coletiva dos meios de produção a um acordo social que legitima o associativismo, de modo a configurar um ambiente produtivo onde o controle é autogestionário e a cooperação é voluntária e participativa, possibilitando uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2012 apud GARCIA, 2014, p. 266).

Portanto, o protagonismo desses povos precisa ser estimulado para combater toda e qualquer forma de expropriar sua cultura e costumes, em virtude um modelo internacional (norte-americano) preservacionista que visa “a proteção integral de áreas despovoadas e ‘selvagens” (NOGUEIRA, 2013, p. 50) retirando o homem dessa dinâmica. Tal modelo vai de encontro aos moldes dos povos tradicionais quanto sua identidade e relação de troca nessa conjuntura.

Por conseguinte, o empoderamento está atrelado também à organização da coletividade, visto que “o Estado não está totalmente condicionado e pode conduzir mudanças importantes” (REFKALEFSKY, 2009, p. 185), bem como, a materialização do

direito e propostas democráticas, “pensar o trabalho profissional dos assistentes sociais nessas instâncias supõe uma dupla dimensão: analisar o controle democrático no contexto macrossocietário e as respostas técnicoprofissionais e ético-políticas dos agentes profissionais (BRAVO, 2009, p. 1).

Essa dimensão humana, de sociabilidade com o meio natural, não tem valor de mercado e por isso não angaria adeptos pertencentes as camadas detentoras do poder de decisão, o que torna a intervenção do assistente social indispensável na construção da autonomia na tomada de decisão dos usuários, evitando o enfraquecimento do controle social. Esse cenário plural, requer atenção no trato as suas solicitações para que a implementação de ações sejam pautadas por decisões realmente voltadas para o atendimento das demandas específicas, resultando também na legitimação dos espaços coletivos.

Portanto, ao realizar um trabalho demandado socialmente, em um contexto coletivo, o assistente social dentro deste desdobramento contemporâneo, deve ser cuidadoso com a direção que o seu trabalho vai tomar, para não restringir suas ações na manutenção do que está posto, ou ainda ser impelido pelo fatalismo ou messianismo. O desafio “é o de afirmar os direitos dos povos tradicionais aos seus saberes sobre a biodiversidade [...]. A questão é marcada por uma urgência de pensar a biodiversidade e os direitos de populações tradicionais enquanto campo de reflexão da ecologia política” (CASTRO, 1997, p. 239).

Assim “passam os tempos, variam os produtos explorados, mas o processo, resistindo às épocas e indiferente ao mal que provoca, impregna de miséria a região natural mais rica do planeta” (REFKALEFSKY, 2009, p. 44), uma vez que seus povos são sempre subjugados e tolhidos em sua participação e suas lutas são menosprezadas. A Amazônia precisa ser um modelo de democracia, ou seja, suas riquezas deveriam ser compartilhadas mitigando a desigualdade social e resguardando o meio natural.

Torna-se relevante que o profissional ultrapasse o cotidiano para que as transformações da realidade aconteçam, aguçando o aspecto investigativo, abrindo caminho para a leitura crítica do que é tido como aparente. Em face disto, o trabalho do assistente social é atravessado por agentes externos alheios a sua vontade, muitas vezes em oposição ao seu projeto ético-político, impondo limites a sua atuação. Por isso, empregar um significado político pautado na ética é fundamental para a concretude de seus objetivos enquanto representante das classes subalternas, fortalecendo seu projeto profissional e cooptando apoio de outros segmentos da sociedade que pactuem com os mesmos princípios éticos e políticos.

A emergência de um olhar voltado para a sustentabilidade se consubstancia nas relações de produção provenientes da era do capital, ou melhor, esse modelo que se ancora na exploração da força de trabalho com o intuito de obter a mais-valia, se nutre da produtividade do trabalhador em um mundo globalizado, onde o trabalho é cada vez mais social e as riquezas são mais individuais. Nesta busca incessante por lucratividade, o meio natural se torna mais uma “coisa” a ser conquistada para a extração de riquezas. E assim o capital se expande enquanto a classe trabalhadora padece.

Ainda que o homem, na sua singularidade, queira e/ou necessite alcançar uma determinada finalidade, a escolha dos meios para essa tarefa exige que esses sejam submetidos ao crivo da ética, o que significa dizer que, muito mais do que afirmar que os fins não justificam os meios, esses não podem incidir de forma arbitrária ou de modo a trazer prejuízos ao gênero [...] (ORTIZ, 2015, p. 183).

Essa lógica ética não faz parte da lógica do capital, pois, se o fim for mais vantajoso, os meios serão legitimados como verdade absoluta, uma vez que, se prega “felicidade” pela forma do consumo, e por isso, se criam ideologias hegemônicas que resultam na premente necessidade de atendimento a tais imposições. Essa construção ideológica faz com que a sociedade se sinta obrigada a se adequar a um padrão de felicidade inatingível composto por bens democráticos, bens que todos podem ter, e bens oligárquicos, bens que todos querem alcançar. Não obstante, para impulsionar essa nova racionalidade voltada para os moldes sustentáveis da biodiversidade se requer “reajustar a ordem internacional, para resolver os problemas da degradação socioambiental, a pobreza, o esgotamento dos recursos, a contaminação ambiental” (LEFF, 2009, p. 214).

Neste sentido, o serviço social direcionado pelo seu projeto ético-político corporifica a direção social impregnada pela construção de uma nova ordem societária, na qual conduz o indivíduo ao protagonismo, já que neste cenário em questão, o meio natural, na busca por uma sociedade mais democrática, aparecem novos atores que caminham na mesma direção, reivindicando novos direitos étnicos e transindividuais. Destarte, as lutas ambientais clamam por uma racionalidade econômica que não seja deslocada do meio natural, compreendido não somente a natureza, mas também seus povos que sobrevivem desta relação com o meio ambiente, afora isto, conforme Leff, “não lutam apenas por uma maior equidade e participação dentro do sistema econômico e político dominante [...], mas também para construir uma nova ordem social” (2009, p.334).

Assim sendo, essa concepção está totalmente articulada à concepção do serviço social enquanto princípio fundamental que materializa sua atuação, portanto o projeto societário aí adotado se concatena ao projeto ético e profissional do assistente social.

Porém, na luta para alcançar a nova ordem e superar a sociedade excludente que domina o mundo, é preciso entender que a ordem atual se apropria de várias faces para manter o *status quo* e se fazer presente em todos os espaços, surge a ideia do capitalismo verde que busca a imagem mais “humanizada” para suas ações.

O debate apresentado não se desloca da formação profissional, em concordância com Matos (2015), se deve considerar enquanto uma inquietação a mercantilização da profissão no contexto da formação profissional, pois essa realidade impõe limites a essa formação, cujos questionamentos rebatem na geração de alunos críticos, na ausência de extensão e pesquisa, na adoção de materiais pedagógicos simplistas (apostilas), na falta de militância estudantil, dentre outros. Esse sistema mercadológico atrelado tanto a visão sustentável como a formação, profissional tendo como pano de fundo a lucratividade, pode conduzir o profissional a defender um projeto societário derivado das “classes proprietárias e politicamente dominante” (NETTO, 2007a, p.143).

Assim, um aspecto que o profissional precisa apegar-se concerne na luta coletiva pela legitimação de sua autonomia (mesmo que relativa), buscando romper com as unilateralidades atento a dinâmica sócio-histórica evitando uma análise deslocada do real, tendo o cuidado para não ser mais um a reproduzir a ideologia dominante evitando que “o ‘pertencimento’ de classe ceda lugar ao individualismo, reforça a ‘alienação e reificação do presente’ e provoca um estilhaçamento dos nossos modos de representação”. (JAMESON, 1996 apud SIMIONATTO, 2009, p.113).

Por conseguinte, o assistente social precisa ser munido por sua qualificação intelectual acadêmica, orientada por valores, que contemplam seu arcabouço teórico-metodológico e prerrogativas legais, materializando um projeto profissional, bem como se fortalecendo por meio de pesquisas, extensão, objetivando dar visibilidade ao trabalho, contribuir para o protagonismo dos usuários e o não obscurecimento da questão social, para evitar a mera diplomação do profissional (PEREIRA, 2013).

4. CONCLUSÕES

O serviço social, acompanhando o movimento da sociedade, se modifica, e as respostas aos questionamentos novos se tornam um desafio a ser ultrapassado diariamente, ratificando o significado social da profissão. A formação precisa superar a operacionalização do mercado e se pautar na direção da emancipação da sociedade, igualdade e universalização dos direitos.

Essa mercantilização constrói profissionais adestrados (BEHRING, 2000) produzidos para atender demandas específicas do mercado, e isso não é alheio ao serviço social já que o profissional “interfere na reprodução das condições de vida material dos segmentos populacionais que têm acesso aos serviços previstos nas políticas sociais públicas e empresariais” (IAMAMOTO, 2000, p. 66) e trabalhando para o mercado pode se tornar um excelente cooptador para fortalecer a classe dominante, “o assistente social, ao acompanhar o movimento e o ritmo das marés neoliberais, pode vir a tornar-se um eficiente e eficaz coadjuvante dos mecanismos de fetichização da vida social [...] (IAMAMOTO, 2000, p. 66).

A luta por uma vida digna a todos, apregoada na direção social da profissão, inicia por uma formação de qualidade voltada para a construção do perfil profissional não empobrecido intelectualmente e não alheio as metamorfoses do capital que utiliza o mercado das instituições de ensino como berço de sua mão de obra. Por isso, empregar um significado político pautado na ética é fundamental para a concretude de seus objetivos enquanto representante da classe subalterna para que a participação dos sujeitos não seja prejudicada.

Quanto à esfera da sustentabilidade, se torna mais um espaço a ser legitimado pelo assistente social em virtude da busca por uma democracia ambiental frente à crise dos recursos instaurada pela forma “antinatural da economia convencional” (LEFF, 2009, p. 205). Portanto, a racionalidade ambiental requer mais do que simples arranjos econômicos e ambientais, pois envolve uma quebra de paradigmas no que concerne principalmente a racionalidade econômica tradicional, em um movimento limpo, sem descentralização e desenvolvimento regional, a isso se remete também a uma formação profissional de qualidade delineada nos parâmetros da ABEPSS.

Neste quadro o assistente social é um protagonista que contribui com a luta pela democratização e traz consigo as lutas dos indígenas, camponesas e operários, dando um novo caminho tanto na política como na consciência de pertencimento pela busca da proteção ambiental na garantia e defesa dos direitos.

5. REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n.7, p.58-76, 1997.

BARBOSA, M.J.S. et al. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o Estado do Pará em foco. In: SCHERER.E. (Org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, p. 67-94.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>> Acesso em: 10 jun.2018.

BRASIL. **Diretrizes curriculares**. 1999. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 jun.2018.

BRASIL. **Lei no 8.662, de 13 de março de 1996. Código de ética do/a assistente social**. Brasília, 1996.

BRAVO, M. I. S. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 461-481.

CARDOSO, I.C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Caderno Abess**, São Paulo, n. 7, p.15-55, 1997.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E. et al. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, 1997.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2001.

_____. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Amazônia: experiência da Universidade Federal do Amazonas. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 135-170, 2013.

COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 755-768.

DIEGUES, C.A; Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. In: **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. São Paulo, 2005.

GARCIA, S. G. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 251-275, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Reforma do ensino superior e serviço social. **Temporalis**, Brasília, n. 1 jan/jun, p. 35-79, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

LARAIA, R.B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução SILVA, J.E. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

MOURÃO, A. M. A. et al. A formação dos trabalhadores sociais no contexto neoliberal: o projeto das residências em Saúde da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 352-380.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: TEIXEIRA, M. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2007, p.141-160a.

_____. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007b.

NOGUEIRA, M. G. **Biotecnologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade: as perspectivas da inovação no Amazonas**. Manaus: Edua, 2013.

ORTIZ, F. G. Projeto profissional, formação e estágio supervisionado em serviço social. In: FORTI, V. et al. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p.181-198.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, L. D. et al. **Serviço social e educação**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 55-73.

REFKALEFSKY, V. L. O Estado e a questão regional Amazônica. In: REFKALEFSKY, V.L. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do livro, 2009.

ROUE, M. Novas perspectivas em etnoecologia: saberes tradicionais e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, E. et al. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, M. G. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: desafio ético político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 162-229.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 100-123.

TEIXEIRA, J. B. et al. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 217-235.

_____. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, E. (Org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, p. 23-36.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 144-163.